

A contra-revolução de 31 de março: A preparação e o levante armado

Rubens Bayma Denys*

Matéria extraída de palestra proferida, em 29 de março de 1999, no *Evento Comemorativo da Revolução de 31 de Março de 1964*, patrocinado pelo Clube Militar

A PREPARAÇÃO

A preparação do movimento armado, que determinaria o início da contra-revolução de 31 de março de 1964, começou logo após a antecipação do plebiscito que referendou o retorno do regime de governo ao presidencialismo.

Falhando os partidos políticos na compreensão do perigo comunista em direção ao qual o Brasil caminhava, primeiramente ao não dar crédito à conveniência do impedimento do Sr. João Goulart, em 1961, e depois ao repudiar o po-

der que tinham nas mãos, com o parlamentarismo, só restava, aos militares, passarem a agir.

Os democratas, civis e militares, estavam vendo a aproximação do perigo; ninguém tinha mais dúvida. Os políticos sabiam e nada faziam, com medo de delações. O mesmo acontecia com os chefes militares, que se sentiam vigiados e estavam certos de que seriam tidos como conspiradores se descuidassem na linguagem. O ambiente da tropa era mais do que favorável; com algumas poucas exceções, todos queriam que houvesse o levante armado, tanto os oficiais da ativa

mais graduados como os de menor patente.

Acompanhando a evolução dos acontecimentos e com a visão do quadro político-institucional acima relatado, o Marechal Denys, com elementos de sua confiança, civis e militares - na maioria seus ex-comandados diretamente - começou uma articulação militar que, aos poucos, foi se desenvolvendo. As atividades visando a essa articulação foram realizadas metodicamente, em nível nacional, abrangendo as guarnições militares para um levante geral, de norte a sul do País, com o valioso concurso de alguns

* General-de-Exército.

governadores - inicialmente, o General Luís Cavalcanti, de Alagoas, e Hildo Meneguetti, do Rio Grande do Sul e, mais tarde, Adhemar de Barros, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

Para a articulação geral, no âmbito do Exército, o Marechal Denys contou, desde o início, com a cooperação do General Oswaldo Cordeiro de Farias, que se apresentara para cooperar no trabalho preparatório do movimento revolucionário e a quem foi dada a incumbência de coordenação em São Paulo. Com ele foi trabalhar o Marechal Nelson de Mello, amigo comum de ambos, que quis tomar parte na preparação do movimento, ao sair do gabinete de ministros, onde foi Ministro da Guerra, por discordar do governo Goulart. Em contato com os dois, estava o então Coronel Meira Mattos que, ao ser transferido para Mato Grosso por saber-se que estava conspirando, sugeriu para o seu lugar o Coronel Portela.

A partir de então, outros chefes militares e oficiais superiores, da ativa e da reserva, e vários civis, incorporaram-se a esse núcleo de coordenação da preparação

do movimento armado, enquanto a articulação foi se estendendo pelas várias capitais e guarnições do Exército, de forma nuclear. Os núcleos procuravam ligar-se uns aos outros e com a Coordenação Geral, sendo muito utilizados para isso o concurso de oficiais da reserva, que tinham certa liberdade de movimento no território nacional para realização dos contatos necessários. Os oficiais-generais da ativa eram muito vigiados e, portanto, deveriam ser preservados. Não obstante, muitos foram contatados e participaram da preparação com a devida cautela.

No âmbito da Marinha e da Aeronáutica, a preparação ficou a cargo, respectivamente, do Almirante Silvio Heck e do Brigadeiro Grum Moss. Contaram eles com a colaboração do Almirante Rademacker e do Brigadeiro Márcio.

O Marechal Denys tinha consciência de que, para a vitória de um movimento revolucionário, é importante ter o ambiente do País predisposto a auxiliá-lo. Porém, isso não basta. É preciso a intervenção dos militares, e ela só seria possível se tiver havido uma articulação inteligente que os faça agir

na hora exata. Sem o apoio maciço da força armada não há movimento revolucionário que vingue.

No plano estratégico da preparação conspiratória, existiam duas alas de revolucionários: a estática e a dinâmica; uma era deixada em sua atividade normal, como se nada houvesse, enquanto a outra se organizava para a luta. A estática era de oficiais com comando ou não. Era contra o comunismo, mas alguns pareciam atordoados com a crise de 1961, enquanto outros julgavam, no momento, ser uma aventura qualquer levante. Pensavam talvez num pronunciamento. A necessidade do sigilo exigia que eles fossem deixados alheios aos preparativos do levante, especialmente quanto ao dia, hora e local do começo da luta. A ala dinâmica iria assim correr um risco bem calculado. Era composta de generais e outros oficiais de tropa, ou a ela ligados, em todo o País. Levou-se em conta, nessas considerações, o fato de muitos oficiais serem legalistas por índole ou norma, apesar de nada terem com o comunismo.

Estando adiantadas as articulações, o Marechal Denys

elaborou um plano de ação a ser executado simultaneamente. Comportava cinco pontos: 1º - começar o movimento logo depois de uma grande motivação; 2º - partir de um grande estado; 3º - o início do movimento deveria ser dado a conhecer de surpresa pelo rádio comercial que, na informação, deveria dizer que o Marechal Denys está lá. Era a senha; 4º - as guarnições ou corpos se levantariam e se ligariam com os que estivessem mais próximos, também levantados; 5º - as forças dominariam suas áreas e marchariam contra o Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Recife.

O LEVANTE ARMADO

Vejamos como ocorreram os acontecimentos.

Uma grande motivação é o primeiro ponto a considerar. Ela traz efeitos psicológicos sobre a tropa e o espírito do povo.

Logo após o retorno ao regime presidencialista, atos do Governo trouxeram agitações e greves políticas ameaçadoras visando a mostrar o poderio de certos sindicatos, além de comícios em que a exaltação de oradores mostrava que sobrestima-

vam o seu poder. Tudo isso fez aumentar as resistências no Congresso e na imprensa. Elas influíram no meio do povo, de onde saíam as marchas das famílias nas ruas. A todo momento comparavam a atitude do Governo com os prenúncios do Manifesto dos Ministros Militares de 1961, que apontou os desmandos que ocorreram, todos iguais, nos países que foram, ou estavam sendo, conduzidos ao comunismo.

Essa motivação foi crescendo, até chegar às agitações promovidas pelo cabo Anselmo, em que saiu ferida profundamente a disciplina militar. Isso, por si só, justificaria o movimento militar revolucionário, tal a repulsa que teve em todos os meios civis e militares. Iria dar, porém, motivação ainda maior, com o banquete no Automóvel Club do Rio, na noite de 30 para 31 de março, em que soldados, cabos e sargentos facciosos homenagearam o Presidente da República. Ficou demonstrado que a indisciplina militar estava sendo permitida e animada pelo Governo.

O segundo ponto, começar num grande estado, tinha que partir de São Paulo

ou Minas Gerais, e a tropa dali marchar para o Rio de Janeiro, o ponto mais importante do País sob muitos aspectos. Pensando em São Paulo, o Marechal Denys foi lá, no começo de 1964, conversar com o Governador Adhemar de Barros, que alegou não poder sair na frente por ter, em 1932, ficado São Paulo só. Afirmou, porém, que acompanharia o estado que saísse na frente.

Porém, foi do Governador Adhemar de Barros que o Marechal Denys recebeu uma das informações mais completas sobre a intenção do Presidente João Goulart em dar um golpe de Estado, com a instituição de uma República Sindical. Isso ocorreu pouco antes de março de 1964. O Marechal Denys recebeu, em sua residência, a visita de Adhemar que, ao entrar, foi logo dizendo: *Marechal, vim agora do Palácio, onde o Jango me convidou para o golpe que vai dar. O golpe é o seguinte: no dia 19 de abril, aniversário do Dr. Getúlio, vai haver um comício comemorativo da data em Belo Horizonte e nele vai haver barulho, para justificar a intervenção no estado de Minas Gerais. No dia 1º de maio, data do operariado, será*

outorgada a Constituição que implantará, no Brasil, o regime sindicalista. E disse mais. Eu nada podia objetar, não tinha força para lutar e ele disse tudo como assunto já resolvido; espero que as Forças Armadas salvem este Brasil.

O Marechal Denys percebeu que esse golpe seria uma repetição de 1937, com outra finalidade.

Depois dessas informações surgiram as agitações de março. Percebia-se que tinham em vista intimidar especialmente os oficiais das Forças Armadas, obedecendo a esquemas traçados pelo catecismo comunista.

Aconteceu que, logo depois da baderna do cabo Anselmo, que teve repercussão em todo o País, o Marechal Denys recebeu um telefonema de Magalhães Pinto pedindo-lhe para receber, em sua residência, dois amigos dele, que iriam visitá-lo. A visita, que ocorreu na quarta-feira santa, 25 de março de 1964, à noite, era a dos Srs. Pieruceti Monteiro de Castro e José Luiz de Magalhães Lins, os dois primeiros secretários de estado e, o último, sobrinho de Magalhães Pinto. Queriam saber como o Marechal Denys encarava a situação

do momento, em face das ocorrências havidas. Disse-lhes o marechal que a situação era grave e ameaçadora. Os visitantes disseram que tinham entrevistado outros generais que não lhes teriam dado essa impressão pessimista. Participou dessa visita o então Juiz de Direito em Petrópolis, Dr. Antonio Neder, que o Marechal Denys tinha convidado para estar presente.

O marechal tinha consciência de que, para fazer um movimento revolucionário, não bastaria contar com os propagandistas, os aliciadores e os coordenadores. É fundamental existir uma vontade impulsivadora que faça desencadear o movimento na hora conveniente.

Assim, após saírem os visitantes, o Marechal Denys resolveu tentar, em Minas Gerais, o começo da luta armada. Através do Dr. Antonio Neder, amigo pessoal de Magalhães Pinto, conseguiu marcar o encontro com o governador para o dia 28 de março de 1964, no aeroporto de Juiz de Fora, às 17 horas.

Na reunião, além de Magalhães Pinto, do Marechal Denys e do General Mourão Filho, estavam pre-

sentes os Srs. Pieruceti, Monteiro de Castro, Antonio Neder, Alkimin, o Coronel José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e vários oficiais do Exército e da Polícia Militar.

Tomando a palavra, o marechal iniciou dizendo que, conforme adiantara aos emissários que o foram procurar na quarta-feira, 26 de março, a situação era muito perigosa para o País. Os elementos que influíram no Governo para a implantação do regime sindicalista estavam apressando as providências que julgavam necessárias para a preparação do desfecho final. Ressaltou que as greves políticas se sucediam e os comícios tinham o cunho de provocação e que, no mês de março, acelerava-se o incentivo à indisciplina militar em todas as corporações militares. Contou o que sabia dos manejos dos comunistas e deu-lhes conhecimento da denúncia do golpe de Estado que o governo João Goulart pretendia dar. Sabendo dos preparativos que o governador vinha fazendo para resistir aos comunistas, se eles dessem o golpe de Estado, disse que haveria resistência também em outros estados. Mas,

era muito melhor que se tomasse a providência de agir preventivamente, pois depois do golpe, o governo sindicalista resistiria e talvez fosse difícil dominá-lo, dado o apoio que logo teria da Rússia, de Cuba e de outros países marxistas, além das adesões internas, de políticos e militares que, por interesse, ignorância, comodismo ou covardia, estão sempre prontos a apoiar o Governo, não fazendo diferença entre governo democrata e marxista.

A seguir, o Marechal Denys passou a informá-los da articulação que mantinha e vinha aprimorando desde o início da preparação do movimento armado.

No IV Exército, contava com seu comandante, General Justino Alves Bastos e, na Bahia, com o Comandante da 6ª Região Militar (6ª RM), General Manoel Mendes Pereira, além do seu Chefe de Estado-Maior, o então Coronel Humberto de Souza Melo, todos oficiais de grande experiência e competência que, antes de seguirem a destino, tiveram com ele os entendimentos necessários para o levante e unidade de execução.

Nas guarnições isoladas, os oficiais designados como

ligações tomavam os contatos de que precisavam. O mesmo acontecia em São Paulo, onde as ligações eram feitas por vários oficiais. No Rio Grande do Sul, eram centralizadas com o General Adolfo Manta, da reserva, para não serem conhecidas. Este fazia uma série de ligações, inclusive com o General Adalberto Santos, Comandante da 6ª Divisão de Infantaria, em Porto Alegre. Com essas informações sucintas, ficaram sabendo da extensão da articulação existente em toda parte.

Feita a exposição das articulações que mantinha no País, aguardando a hora oportuna para iniciar o movimento armado, o Marechal Denys passou a fazer um apelo ao Governador de Minas Gerais para começar o movimento sem perda de tempo, para dar resposta imediata ao desafio que iriam os homens do Governo fazer no banquete do Automóvel Club (30 de março). Foi-lhe dito que o Comandante da Região Militar de Minas Gerais e as Forças Armadas o acompanhariam. Pelo plano estabelecido, caberia a um grande estado começar o movimento, animando os demais a enfrentar o risco

que poderiam correr. A Minas caberia sair na frente, pois, a intervenção, como em 1937, abria a porta para o golpe de Estado instituindo o sindicalismo.

Durante a exposição, o Marechal Denys demonstrou ter certeza de que as tradições do povo mineiro estavam vivas nos homens que ali ouviam suas palavras naquele momento.

No fim de toda a exposição, feita em hora e meia, o Governador Magalhães Pinto disse que podiam contar com Minas e punha, à disposição do Comandante da Região, todo o efetivo de sua Polícia Militar. Queria saber, também, o dia e a hora do começo do movimento, para divulgar o seu manifesto à Nação. Imediatamente, o Marechal Denys propôs o dia 31 de março, pois daria uma resposta imediata às provocações e indisciplinas consentidas pelo Governo. O General Mourão ponderou que, nesse dia, não estaria pronto para sair, precisando de mais tempo para os preparativos. Respondeu-lhe, o marechal, que qualquer demora, além daquela data, acarretaria fatalmente delações que prejudicariam a execução do movimento, pois o Governo na-

turalmente tomaria providências para evitá-lo. A execução no dia 31, isto é, dois dias depois daquela reunião, teria a seu favor a surpresa, que era um fator de importância capital. Ainda mais, um movimento revolucionário teria que ser feito com os recursos de que se dispunha. O Governo procuraria debelá-lo, também, com o que tinha no momento. Não havia tempo para preparativos, mesmo porque, se assim acontecesse, a ação estaria revelada. A reunião terminou aí. Ficou firmada a data de 31 de março para o início, tal como desejada e sustentada pelo Marechal Denys e pelo Governador Magalhães Pinto.

Ainda naquele sábado, o Capitão Gustavo, genro do Marechal Denys, voltou ao Rio com a incumbência de fazer alguns avisos, pessoalmente, ou por intermédio dos então Marechal Rubens Denys e Tenente-Coronel Roberto Denys. Foram assim contatados: o General Muricy, para ir, a pedido do General Mourão, comandar a vanguarda das tropas de Minas; Almirante Heck e Brigadeiro Moss, para ficarem sabendo que o movimento estava para sair, da mesma forma os generais

Costa e Silva e Castelo Branco; os generais Cordeiro de Farias e Nelson de Melo, para irem para São Paulo, conforme estava previsto. Foi pedido ao General Riograndino Kruel que também fosse para São Paulo para estar perto de seu irmão e poder melhor ajudá-lo com informações seguras.

No dia seguinte, 29 de março, o Marechal Denys recebeu a visita, pela manhã, do General Carlos Luís Guedes, seu amigo de longa data, então Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (4ª RM), com sede em Belo Horizonte. A este disse que ficara acertado, na reunião no aeroporto de Juiz de Fora, no dia anterior, que o movimento deveria sair no dia 31 de março, mas que achava que o General Mourão ainda estava relutante com relação àquela data. Por isso, pediu ao General Guedes que firmasse posição com relação à data acordada e, se necessário, produzisse o fato consumado, com a saída de suas tropas.

Posteriormente, na reunião que o General Guedes teve com o General Mourão, nesse mesmo dia, 29 de março, à tarde, o General Mourão, após tomar conhecimento do Manifesto de

Magalhães Pinto, rompendo com o Governo federal, e não ter gostado de seu teor, telefonou para o General Guedes dizendo que, por isso, não faria sair o movimento no dia seguinte, 31 de março. O General Guedes respondeu-lhe: *Para começar, este movimento não precisa de manifesto, e eu comunico que já comecei aqui em Belo Horizonte mandando um batalhão do 12º RI na direção de Brasília e outro na direção de Juiz de Fora, que já deve estar chegando aí.* Era fato consumado. A partir de então, o General Mourão ficou de acordo com o que estava estabelecido.

No dia 31 de março, às 6 horas, o General Mourão, em seu quartel-general, deu começo ao movimento armado, expedindo as ordens necessárias.

O Marechal Denys foi logo avisado, pelo Dr. Antonio Neder, de que o General Mourão estava correndo risco de ser preso no próprio quartel-general (QG). Sem demora, o marechal, acompanhado do Dr. Neder, chegou ao QG da 4ª RM, sendo recebido com toque de marechal, e com os oficiais e praças em forma, tendo à frente o Chefe do

Estado-Maior da 4ª RM, o então Coronel João Baptista da Costa. Nessa ocasião, o Marechal Denys dirigiu-lhes a palavra, dizendo que o movimento, iniciado naquele momento, estava sendo executado em todo o País para depor o governo João Goulart e acabar com a ameaça comunista de assenhorear-se do País. Para isso ele estava lá, disse, desde o dia 28 de março, em contato com o General Mourão e com o Governo de Minas. Daí por diante, foi entusiástica a cooperação de todo o QG, oficiais e praças.

Isso aconteceu por não ter o General Mourão dado conhecimento completo da reunião de sábado, 28 de março, no aeroporto de Juiz de Fora, e do acordo então realizado com o Governador de Minas e o Marechal Denys aos oficiais do seu QG, na hora em que começou a dar as ordens para o movimento. Supuseram os oficiais que ele queria fazer uma aventura, uma quartelada.

Isso vem mais uma vez provar que a dificuldade, numa hora dessa, está em fazer o levante; daí por diante é uma questão militar como outra qualquer, disse o Marechal Denys.

Naquela mesma manhã de 31 de março de 1964, o *Destacamento Tiradentes* foi movimentado na direção da ponte do Rio Paraibuna, a caminho de Três Rios. Lá se achava, à sua testa, o seu comandante General Andrade Muricy, sendo o seu Chefe de Estado-Maior, o Tenente-Coronel Walter Pires, que tinha ido com o general do Rio para Juiz de Fora, juntamente com o Tenente-Coronel Heitor de Caracas Linares e Major Alísio Sebastião Mendes Vaz.

Ainda na mesma manhã, cerca das dez horas da manhã, estando na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) como aluno do 1º ano, recebi um telefonema do meu cunhado, então Capitão Gustavo Fernandes Julio, informando-me do início do movimento armado, com o deslocamento das tropas do *Destacamento Tiradentes* para a região do Rio Paraibuna. Imediatamente, dirigi-me ao Diretor do 1º ano, Coronel Barroso, a quem dei ciência da informação recém-recebida. Levou-me ele, então, ao Comandante da ECEME, General Mamede, a quem relatei o encontro do dia 28 de março, no aeroporto de Juiz de Fora, e do

acordo realizado entre o Marechal Denys, o Governo de Minas e o General Mourão para iniciar o movimento destinado a depor o governo João Goulart. Em seguida, disse-lhe do telefonema recebido, há pouco, de Juiz de Fora, informando sobre o deslocamento das tropas do *Destacamento Tiradentes* para a região do Rio Paraibuna, concretizando o início do movimento. Imediatamente, após ouvir-me em silêncio, o General Mamede telefonou para o General Castelo Branco, Chefe do EME, a quem a ECEME estava subordinada, e, após falar que tinha tomado conhecimento do levante realizado em Minas Gerais, disse: - *a partir desse momento, não reconheço mais o governo de João Goulart; a ECEME está revoltada e entrará de prontidão; as aulas serão suspensas e enviarei os oficiais alunos do 3º ano ao Palácio Duque de Caxias, para lhe dar o apoio que for necessário.*

De fato, a ECEME, em seguida, assumiu a atitude de revolta contra o governo João Goulart. Os oficiais do 3º ano foram enviados ao Estado-Maior do Exército, ainda na manhã de 31 de

março. Porém, foram dispensados pelo então Coronel Kruel, em nome do Chefe do EME. O Comando da ECEME assumiu o controle e a segurança de toda a guarnição da Urca e Praia Vermelha, única área na cidade do Rio de Janeiro declaradamente revoltada, durante todo aquele dia e a noite de 31 de março para 1º de abril, ao que se sabe.

Enquanto isso, naquele 31 de março, em Juiz de Fora, depois do meio-dia, soube-se que o 1º Batalhão de Caçadores, de Petrópolis, tinha sido deslocado para a região de Três Rios, procurando barrar a progressão da tropa de Minas. Esse batalhão, porém, não trazia maiores preocupações, já que, pelo plano que estava sendo observado, as tropas do Destacamento do General Muricy não ultrapassariam o Rio Paraibuna no primeiro período das operações. A preocupação era a expectativa da chegada do destacamento de tropas vindo do Rio, que iria atacar o *Destacamento Tiradentes*. O Coronel João Baptista da Costa, Chefe do Estado-Maior da 4ª RM, prevendo isso, mandou, com antecedência, seu filho, Milton Baptista da Costa, civil, ficar em Três

Rios, atento, para informar pelo telefone o volume da tropa que viria do Rio e o nome de quem a comandava. Essa providência foi acertada pois, lá pelas 22 horas, ele chamou o coronel e disse-lhe, pelo telefone, de uma garagem, que a tropa era composta de muitas unidades sob o comando de um general e que tinha como vanguarda o 1º Regimento de Infantaria (1ª RI), sob o comando do então Coronel Raymundo Ferreira de Souza. O Coronel Baptista disse ao filho que pedisse ao Coronel Raymundo para se entender com ele por telefone e avisou ao Marechal Denys para atender por ele. Isso, por saber que o Coronel Raymundo fora, durante longos anos, assistente-secretário do Marechal Denys, quando no Comando do I Exército e como Ministro da Guerra. Feita a ligação, atendeu o Marechal Denys ao telefone. Disse o Coronel Raymundo: *É o Coronel Baptista?* O Marechal responde: *Não, Raymundo, é o Marechal Denys.* E ele: *Não sabia que o Sr. estava aí em Juiz de Fora.* Respondeu-lhe o Marechal Denys que se achava ali, com a tropa e os mineiros, para depor o Governo e acabar com a

ameaça do comunismo para o País. Foram-lhe dadas mais informações que pediu e disse, por fim: *Marechal Denys, eu e toda a minha tropa nos solidarizamos com o movimento revolucionário.* O marechal respondeu, felicitando-o pela sua corajosa e patriótica atitude e dizendo que logo em seguida iria ao seu encontro, para pô-lo em contato com o General Muricy, Comandante do *Destacamento Tiradentes*.

Em seguida, o Marechal Denys, acompanhado pelo então Major Alísio Vaz, dirigiu-se para o Rio Paraibuna, onde se encontrou com o General Muricy e lhe deu a informação de que o Comandante da Vanguarda do *Destacamento Cunha Melo* tinha se solidarizado com o Movimento Revolucionário.

Foram logo enviadas as ligações para a Vanguarda, comandada pelo Coronel Raymundo. Com a satisfação de que estava possuído em face daquele acontecimento decisivo, que caracterizaria o início do desmoronamento das forças governamentais, o Marechal Denys exclamou: General Muricy, *estamos com a vitória! Todo esse destacamento vai acompanhar o Regi-*

mento Sampaio! Não temos mais inimigos! Ao senhor cabe agora tomar a ofensiva, dando uma arrancada na direção de Petrópolis. Ao chegar ao Belvedere faça uma pausa, para reajustar o dispositivo e ficar em condições de dar outra arrancada em cima do Rio. Foi o que aconteceu.

O General Muricy tomou disposições tais, que incorporou as unidades do *Destacamento Cunha Melo* ao seu, e permitiu que aquele general se retirasse isolado, de automóvel, para o Rio, onde levaria a notícia da vitória do movimento revolucionário. A solidarização das tropas do *Destacamento Cunha Melo* ao movimento desequilibrava a resistência do Governo, dando praticamente a vitória aos revolucionários. Os elementos que pensavam em oferecer resistência, ou que estavam vacilantes, uniram-se ao movimento que tomou um impulso avassalador nos estados onde alguns ainda não se haviam definido.

O que restava de leal ao cargo de Comandante-Geral do Exército foi entregue, pelo General Âncora ao General Arthur da Costa e Silva, que era o general-de-exército em atividade mais

antigo no Rio de Janeiro. Este, recebendo o Comando, então legal, logo solidarizou-se com o movimento revolucionário e, chamando ao seu lado alguns juristas, estabeleceu o Alto Comando Revolucionário, composto dos três ministros militares que decretaram o Ato Institucional n.º 1.

Essa solidarização em massa, ostensiva, foi pelos revolucionários julgada muito importante, pois abreviou o fim do movimento. Era uma reunificação que sepultou por completo a lembrança da defecção do III Exército durante a crise de agosto de 1961 e a divisão entre os democratas no seio do Exército e das Forças Armadas.

A bem da verdade histórica, convém deixar registrado que o General Mourão não participou dos acontecimentos que levaram à adesão do Comandante da Vanguarda do *Destacamento Cunha Melo* à causa revolucionária: foram conduzidos pelo Coronel João Baptista da Costa, por sua própria iniciativa. Nessa ocasião, o General Mourão não estava mais no QG; havia se retirado para a sua residência onde passara a noite, amanhecendo no dia seguin-

te como o grande vitorioso da Revolução de 31 de março de 1964. E, certamente, eufórico com os acontecimentos favoráveis consequentes em vários estados, deixou a sua base de operações em Juiz de Fora e, antes de aguardar os sucessos de Brasília e do Rio Grande do Sul, dirigiu-se para o Rio de Janeiro, para o Quartel-General do Exército, no Palácio Duque de Caxias, onde já se encontrava o General Costa e Silva, como Comandante-em-Chefe do Exército, ao qual se apresentou. Nessa ocasião, o General Costa e Silva perguntou-lhe pelo Marechal Denys, que sabia estar em Minas e ter sido quem conseguira reunir o Governador Magalhães Pinto e o General Mourão e convencê-los a realizar o levante do movimento armado. O General Mourão respondeu-lhe, dizendo que o Marechal Denys havia ficado em Juiz de Fora. O General Costa e Silva disse-lhe, então, que ele poderia ir para casa, pois certamente precisava descansar. Nessa hora, o Comando do movimento saiu das mãos daqueles que deram início ao levante em Minas Gerais e dos que o acompanharam no Nordeste, em São Paulo e no

sul do País, passando ao controle dos que o aderiram após as primeiras vitórias. No dia seguinte, a imprensa e o rádio comercial noticiaram o convite recebido pelo General Mourão para presidir a Petrobrás.

Convém ainda deixar registrados os fatos que serão narrados, a seguir, para caracterizar o ceticismo que existia entre os chefes militares com relação à possibilidade de se realizar um *levante armado* contra o governo Goulart, dias antes de 31 de março de 1964, e também com respeito a um possível sucesso do movimento armado revolucionário, se eclodido.

O primeiro refere-se à reação inicial do General Costa e Silva ao tomar conhecimento, no sábado, 28 de março, cerca das vinte horas, através do meu irmão, então Tenente-Coronel Roberto Bayma Denys, e de mim, do encontro realizado no final da tarde naquele mesmo dia, em Juiz de Fora, entre o Governador Magalhães Pinto, Marechal Denys e General Mourão Filho, e do acordo firmado para realizar o levante armado, no dia 31 de março, 3ª feira seguinte, atendendo ao veemente apelo do Marechal Denys.

Após ouvir essas informações, o General Costa e Silva disse não acreditar na possibilidade de se realizar um levante armado contra o governo Goulart, que tivesse possibilidade de sucesso, acrescentando: *o General Mourão é um revolucionário alto-falante na boca, ninguém lhe dá crédito*. Tornei a dizer-lhe que fora o Marechal Denys quem pedira para informá-lo sobre o levante, que se realizaria no dia 31 de março seguinte e que ele estivesse preparado para tomar as medidas que se fizessem necessárias na guarnição do Rio de Janeiro, a favor do movimento revolucionário. Mais tarde, soube-se, por Da. Yolanda Costa e Silva que: *a partir daquela noite, o Costa não dormiu mais*.

O segundo fato refere-se aos telefonemas do General Castelo Branco, recebidos pelo Governador Magalhães Pinto e pelo General Mourão Filho, ainda na manhã de 31 de março de 1964, conforme estes mesmos, pessoalmente, relataram ao Marechal Denys, quando o visitaram em sua residência, em dias distintos, nos primeiros dias de abril que se seguiram à vitória do movimento revolucionário. Nas

duas ocasiões, eu estive presente e pude ouvir pessoalmente tais relatos.

O Governador Magalhães Pinto disse que o General Castelo Branco lhe pedira para sustar o movimento armado, pois as forças revolucionárias de Minas não teriam condições de sucesso e seriam derrotadas pelo Governo federal. Em resposta, o Governador Magalhães Pinto disse que o controle das operações militares estava a cargo do Marechal Denys e do General Mourão e, dessa forma, ele nada poderia fazer a respeito.

O General Mourão, por sua vez, disse que o General Castelo Branco insistira com ele para suspender o movimento armado e recolher as tropas aos quartéis, pois era uma temeridade o que estavam fazendo, pois seriam derrotados e isto fortaleceria o governo Goulart. O General Mourão respondeu que era tarde para recuar e suspender o movimento: as tropas do General Guedes já estavam nas ruas desde a noite de 2ª feira, 30 de março, seguindo um batalhão na direção de Juiz de Fora e outro na de Brasília.

Esses telefonemas talvez possam explicar o fato do

então Coronel Kruehl, assistente do General Castelo Branco, ter dispensado os oficiais alunos do 3º ano da ECEME que foram mandados se apresentar ao Estado-Maior do Exército, no final da manhã de 31 de março, por ordem do General Mamede.

Acompanhando a execução do plano estabelecido pelo Marechal Denys para a preparação do levante do movimento armado, vejamos o 3º ponto. Este estabelecia que o início do movimento seria de surpresa para o Governo.

Dada a extensão territorial do País e a disseminação de guarnições militares, uma comissão constituindo a central revolucionária em Minas Gerais preparou as notícias a irradiar com antecedência de um dia e, na hora exata, fez com que as estações locais de rádio comercial dessem conhecimento, a todo País, de que o Governo, o povo e as Forças Armadas, em Minas Gerais, tinham se sublevado, às 6 horas daquele dia (31 de março) contra o governo João Goulart, que deveria ser deposto para evitar que o comunismo fosse implantado no Brasil; dos manifestos do Governo do Estado de Mi-

nas Gerais, do Marechal Denys e do Comandante da 4ª RM, além dos apelos aos demais estados e comandos de tropa para que tomassem a iniciativa de solidarizarem-se com a atitude de Minas Gerais.

O manifesto do Marechal Denys foi o seguinte:

Proclamação ao povo brasileiro.

Aqui estou em Juiz de Fora ao lado dos camaradas das Forças Armadas e do ativo e valoroso povo do estado de Minas Gerais nesta gloriosa arrancada de libertação do Brasil, para nele restabelecer o domínio da lei e da ordem.

Em 31-3-1964 a) Odylio Denys - Marechal

Antes do dia e hora, não houve propalações; os indícios que alguns dizem ter colhido foram, na realidade, deduções. Basta dizer que o Marechal Denys só pensou em fazer sair o movimento em Minas Gerais na quarta-feira, dia 26 de março, quando recebeu, em sua casa, os três emissários de Magalhães Pinto, que foram ouvi-lo a respeito da situação militar, decorrente da baderna do cabo Anselmo e do banquete em que os cabos e sargentos iriam homenagear o Presidente da República no

Automóvel Club, a 30 de março. Antes disso, o Marechal Denys pensara em outros estados, mas foram somente conjecturas, pois era preciso, para sua exequibilidade, que se conseguisse com esse grande estado. Primeiramente, pensou em São Paulo, mas nada conseguiu, apesar de o governador ser dedicado à causa.

Minas foi a escolha acertada, pois houve, de início, frente única, governo, força armada e povo. Era de admirar o entusiasmo que havia em toda parte, não só nas grandes cidades como em todos os lugares do interior.

De acordo com o plano, o nome do Marechal Denys foi mencionado pela cadeia de rádio como estando em Minas. Isso seria a senha para informar as mais longínquas guarnições sobre a eclosão do movimento, de forma a que pudessem logo agir de surpresa, nas respectivas áreas, o que seria, na realidade, para o Governo e para os militares que iriam realizar o movimento.

Para o Governo foi fatal, pois ele acreditava, naquela altura, que as Forças Armadas estivessem domesticadas, depois dos acontecimentos de agosto/setembro de 1961, com a defecção do Coman-

dante do III Exército e com a realização do plebiscito favorável ao ponto de vista do Executivo.

Vejam os rapidamente como foi executado o 4º ponto do plano revolucionário: - as guarnições ou corpos se levantam e se ligam com as que estiverem mais próximas também levantadas.

Em todo o País, as Forças Armadas se manifestaram a favor do movimento revolucionário, de modo admirável e impressionante.

Assim, no IV Exército, todas as guarnições se solidarizaram com seu comandante, General-de-Exército Justino Alves Bastos, o mesmo ocorrendo na Bahia e Sergipe, onde comandava o General Manoel Mendes Pereira, tendo, como Chefe de EM, o Coronel Humberto de Souza Melo, todos ex-comandados do Marechal Denys no I Exército e inteiramente integrados no movimento, com quem eles se entenderam, com vistas aos preparativos do movimento antes de assumirem os cargos que exerciam.

No II Exército, de São Paulo e Mato Grosso, contava-se com quase todas as unidades que estavam espe-

rando a definição de seu comandante, o que aconteceu logo no dia 31 - o Governador do Estado também solidarizou-se nesse dia. O 4º Regimento de Infantaria e seu Comandante, Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, se pronunciaram também no dia 31, dando conhecimento ao seu chefe imediato. Em Mato Grosso, o então Coronel Meira Matos, Comandante da Guarnição de Cuiabá, partiu com o movimento armado, logo após ter conhecimento do levante de Minas, dirigindo-se com sua unidade para Brasília.

No III Exército, ao se informar, pelo rádio, do levante em Minas Gerais, o General Camarinha, Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), de Uruguaiana, dispôs sua tropa ao lado do movimento e, em seguida, ligou-se com a 3ª DC, em Bagé, e com a 1ª DC, em Santiago. A 3ª DC, ficou ao lado da revolução, mas teve de dominar uma tentativa de reação por parte dos sargentos. A 1ª DC demorou a definir-se, devido ao seu comandante; integrou-se quando foi chamado a Porto Alegre e o coronel mais antigo assumiu o comando.

Depois do entendimento com os demais comandantes das DC, o General Camarinha entrou em contato telefônico com o General Poppe de Figueiredo, em Santa Maria, para que fizesse ligações com o General Adalberto Pereira dos Santos, que se achava em Cruz Alta, e assumisse o Comando do III Exército revolucionário, o que ocorreu por ser o general mais antigo da área.

No I Exército, no Rio de Janeiro, a não ser a ECEME, que se posicionou a favor da revolução na manhã de 31 de março e assumiu o controle da área da Praia Vermelha e da Urca, e de uma e outra unidade que se revoltaram em seus respectivos quartéis, a tropa em geral não se manifestou nos primeiros momentos, apesar de estarem seus oficiais, em espírito, com a causa revolucionária.

Não se manifestou pela presença de seus generais, que se dispuseram a cumprir ordens do Governo. Foram assim organizados dois destacamentos: um na direção de Minas Gerais, sob o Comando do General Cunha Melo; o outro, na direção de São Paulo, sob o Comando do General Anfrísio. O des-

tacamento que foi na direção de Minas solidarizou-se com a revolução por intermédio do então Coronel Raymundo Ferreira de Souza, Comandante da Vanguarda. O destacamento mandado contra São Paulo não ultrapassou Barra Mansa, pois, ao atingir essa cidade, a vitória do movimento revolucionário já estava assegurada, pelo fato do outro destacamento ter se solidarizado com a tropa de Minas Gerais.

Por fim, chega-se ao 5º ponto do plano revolucionário: as forças dominarão suas áreas e marcharão contra o Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Recife. Segue-se uma síntese de como foi executado.

No IV Exército, inclusa a Bahia, as guarnições militares se solidarizaram e dominaram as respectivas áreas. Por iniciativa dos comandos militares, foram presos os governadores de Pernambuco (Arraes) e de Sergipe (Seixas Dória), e enviados para a Ilha de Fernando de Noronha por medida de segurança.

No II Exército foi organizado um destacamento que marchou em direção ao Rio de Janeiro, regressando

ao atingir a região de Itatiaia por ter o General-de-Exército Costa e Silva assumido o Comando-em-chefe do Exército Nacional e, logo depois, se solidarizado com a revolução. Antes disso, o Comandante do Exército tinha feito seguir o 4º Regimento de Infantaria (4º RI) para Curitiba, onde lhe parecia ser necessária essa intervenção. Entretanto, a situação nessa cidade evoluiu rapidamente a favor da revolução, sem resistências, com a aquiescência geral.

O General Pinto da Luz, muito relacionado com Santa Catarina, lá estava e se manteve em contato com os batalhões de Florianópolis, Joinville e Blumenau, prontos para seguirem em direção a Curitiba ou Porto Alegre, caso se tornasse necessário.

O Rio foi visado pela tropa que se levantou em Minas e chegou a entrar na cidade, ficando estacionada no Estádio do Maracanã. A cidade, entretanto, já estava inteiramente dominada pelo movimento revolucionário, com a ação dos militares da guarnição conjugada com a do baluarte da resistência civil que foi o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,

sob o Comando do General Bizarria Mamede, posicionou-se, desde a manhã do dia 31 de março, ao lado do movimento revolucionário, assumindo o controle de toda a área da Praia Vermelha e Urca. Outras unidades da guarnição do Rio de Janeiro também se revoltaram, assumindo o controle de seus aquartelamentos. Alguns tiveram de sufocar pequenas rebeliões de oficiais e sargentos. No dia 1º de abril, pela manhã, realiza-se o assalto ao QG da Artilharia de Costa, no posto 6, em Copacabana, conduzido pelo então Coronel Montagna, com oficiais-alunos da ECEME, com grande repercussão na mídia.

A ação sobre Porto Alegre foi determinada pelo General Poppe de Figueiredo, Comandante da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) que, em Santa Maria, assumiu o Comando do III Exército, contando com o apoio das tropas e com os comandos das três divisões de cavalaria. Quando estavam em andamento as operações sobre Porto Alegre, chegou ao General Poppe a notícia de que, na manhã do dia 2 de abril, João Goulart tinha deixado Porto Alegre rumo ao estrangeiro, para não ser

preso pelas tropas que marchavam contra ele e já estavam nas suas proximidades. O General Poppe ligou-se com o Governador Meneghetti que, por medida de segurança, se achava em Passo Fundo, e com ele fixou o retorno para Porto Alegre, no dia seguinte, 3 de abril.

Cerca das 12h do dia 3 de abril, uma forte escolta, em que, como justa homenagem, se achavam representadas todas as unidades das três divisões de cavalaria, levou o General Poppe, então Comandante de III Exército Revolucionário, ao en-

contro do Governador Meneghetti, em Pântano Grande, na rodovia Uruguaiana-Porto Alegre. Conduzidos à Capital gaúcha, chegaram ao cair da tarde, em meio a grande júbilo popular.

Com esse admirável pronunciamento da tropa do III Exército, foi anulada a triste página da incompreensão de 1961. E, assim, terminou no Rio Grande do Sul a aventura caudilhesca esquerdista de João Goulart.

O Brasil mostrou-se, em 31 de março de 1964, mais do que nunca, uno e indivisível, apesar de todos os es-

forços para dividi-lo por aqueles que se deixaram impressionar pela doutrina marxista e a supunham invencíveis, tanto mais que alguns adeptos já presidiam e dominavam o Governo.

Minas rompeu a muralha do medo que protegia a existência do governo Goulart desde 1961, quando conseguiu dividir o Exército com a defecção de um grande comando, para provocar uma luta armada que lhe seria útil de qualquer forma, fosse qual fosse o seu desfecho (Marechal Odylio Denys). ●

"O sucesso nos negócios é apenas uma questão de sorte. Pergunte a qualquer fracassado."

Earl Wilson

"Tenha uma meta. Uma meta é apenas um sonho com um prazo para acontecer."

Marjorie Blanchard